

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS, USO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO NO LITORAL NORTE PAULISTA: UM REGISTRO VISUAL

Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa [1]
Cessimar de Campos Formagio [2]
Rebeca Veiga Barbosa [3]



CLIMEP – Climatologia e Estudos da Paisagem, Rio Claro, SP, Brasil – eISSN: 1980-654X – está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

*“O mar é como a vida,
não se tem certeza de coisa alguma”
Saga Lusa, AC, 2008*

O Litoral Norte Paulista compreende a faixa que se estende do canal de Bertioga a São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba. A área limita-se com o estado do Rio de Janeiro, possui 161 km de extensão e contém 164 praias, 17 ilhas, intensa variedade de cursos d’água (rios caudalosos e pequenos córregos), regiões costeiras e mangues. Inúmeros recursos naturais e paisagísticos, costa litorânea, Serra do Mar e Mata Atlântica comportam a grande biodiversidade do lugar. A maior parte da Mata Atlântica do Estado de São Paulo encontra-se no Litoral Norte, porém da vegetação nativa restam apenas 8% de sua cobertura original (BARBOSA, 2007).

Desta forma, seus municípios apresentam um quadro bastante interessante, já que nos últimos anos passaram por transformações socioambientais importantes, aliadas a expressivas mudanças demográficas e, conseqüentemente, ao uso e ocupação do espaço. É evidente que a vulnerabilidade ecossistêmica do litoral norte evidencia de forma gritante essas questões, por ser um espaço delimitado por atrativos econômicos evidentes, como é o caso da zona costeira, com recursos hídricos para consumo humano e lazer (turismo), associados a uma exuberante, embora diminuta, Mata Atlântica, promovendo desta maneira graves problemas socioambientais para seus moradores.

Este roteiro fotográfico tem como objetivo mostrar, através da centralidade dos registros visuais que acompanharam a trajetória das pesquisadoras em campo¹, um olhar sobre as transformações socioambientais e culturais ocorridas no Litoral Norte Paulista, especialmente no município de Ubatuba, nas últimas décadas. São transformações decorrentes da abertura de estradas, especulação imobiliária, turismo em massa, entre outros, que propiciaram, simultaneamente, novas configurações territoriais, surgidas com a regulamentação das áreas de preservação ambiental, e que acabaram por interferir na qualidade de vida e nas formas de organização da população do município.



Figura 01: À distância a praia ainda evidencia sua beleza cênica sem retoques, sem mostrar os problemas decorrentes da ocupação desordenada do espaço, Ubatuba (SP). Foto: FORMAGIO, C. C., março/2007.



Figura 02: É possível sentir a calma e a tranqüilidade do lugar, num fim de tarde. Como se o tempo tivesse parado para a fotografia. Ubatuba (SP). Foto: BARBOSA, S. R. C. S., outubro/2006.



Figura 03: Para o caiçara, o lugar do trabalho é também o lugar do lazer. Esse aspecto, outrora bastante nítido, hoje já não é assim tão demarcado, o que acaba por ocasionar conflitos com os turistas e os novos ocupantes do espaço. Ubatuba (SP). Foto: FORMAGIO, C. C. março/2008.



Figura 04: O “pseudo” isolamento do espaço, captado pelo olhar da pesquisadora, na realidade pode ser considerado um simulacro. Ubatuba (SP). Foto: FORMAGIO, C. C., abril/2008.



Figura 05: Remanescentes de Mata Atlântica, a paisagem exuberante documentada com a emoção e a vivência do momento capturado pelo olhar. Ubatuba (SP). Foto: FORMAGIO, C. C., março/2007.

Frente a esse quadro de fragilidade ecossistêmica e social, duas políticas de atuação e de gestão foram implementadas: o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC), desde 1988, e a constituição dos Parques Estaduais do Litoral Norte, através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a partir de 2002. O PEGC corresponde a um conjunto de atividades e procedimentos, que permitem a gestão dos recursos naturais da Zona Costeira, de forma integrada e participativa, buscando a melhoria da qualidade de vida das populações locais e o desenvolvimento sustentado da região. No caso específico da região, seus quatro municípios são responsáveis pela gestão integrada de sua zona costeira. Os Parques Estaduais são Unidades de Conservação Integral, de posse e domínio público. Seu objetivo básico é a conservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de lazer em contato com a natureza e de turismo ecológico. A visitação e a pesquisa científica

estão sujeitas às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade e às regras estabelecidas pelo Instituto Florestal (IF), órgão da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, que administra a unidade². Os Parques Estaduais da Serra do Mar e de Ilhabela são aqueles onde os municípios estão inseridos (BARBOSA, 2007).

O Parque Estadual da Serra do Mar possui quase 315 mil hectares, numa extensão que vai desde a divisa de São Paulo com o Rio de Janeiro até Itariri, no sul do estado de São Paulo, passando por toda a faixa litorânea. Foi criado em 1977 e representa a maior porção contínua preservada de Mata Atlântica do Brasil. Abrange 28 municípios (Bariri, Bertioga, Biritiba-Mirim, Caraguatatuba, Cubatão, Cunha, Embu-Guaçu, Iguape, Itanhaém, Juquitiba, Mogi das Cruzes, Mongaguá, Natividade da Serra, Paraibuna, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Praia Grande, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Luiz do Paraitinga, São Paulo, São Sebastião, São Vicente, Suzano e Ubatuba)³. O Parque Estadual de Ilhabela localiza-se no município do mesmo nome e ocupa cerca de 80% da ilha de São Sebastião (Ilhabela). Possui área de 27.025 ha. O clima é tropical úmido e o relevo é montanhoso. O relevo é acidentado e imponente e o conjunto montanhoso ocupa cerca de 2/3 da extensão de Ilhabela.



Figura 06: Área do entorno do Parque Estadual de Ilhabela, com remanescentes de Mata Atlântica e inúmeras construções residenciais. Ilhabela (SP). Foto: BARBOSA, S. R. C. S., outubro/2006.

Aliados aos conflitos que se estabelecem na região, em função das políticas de gestão e atuação implementadas (DIEGUES; NOGARA, 1999; GUANAES, 2006), os problemas de habitação que marcam a forma de organização das cidades brasileiras se fazem presentes também no litoral norte paulista. Contudo, há especificidades na região que acentuam a carência habitacional. Dois fatores se destacam: o primeiro é o contexto histórico, que trouxe mudanças drásticas na organização urbana das cidades da região a partir da década de 1970 (construção da rodovia Rio-Santos), e o segundo sua riqueza natural – praias, rios e matas – que garante uma supervalorização da área costeira (BARBOSA, 2007).



Figura 07: As construções no entorno do Parque Estadual de Ilhabela evidenciam a problemática da ocupação do espaço, que deveria estar submetido às políticas de restrição impostas pela presença de uma Unidade de Conservação. Ilhabela (SP). Foto: BARBOSA, S. R. C. S., outubro/2006.



Figura 08: O condomínio de prédios residenciais em Ubatuba (SP) demonstra a mesma dificuldade de promover e implementar políticas públicas, que não são consideradas pela especulação imobiliária, presente de forma evidente no Litoral Norte Paulista como um todo. Foto: FORMAGIO, C. C., abril/2008.



Figura 09: A falta de controle e participação social nas questões socioambientais, que são fundamentais para o coletivo, permite que em Ubatuba (SP) o “paraíso” seja “vendido” em suaves prestações. Foto: FORMAGIO, C. C., abril/2008.



Figura 10: Uma área menos valorizada sofre das carências de saneamento ambiental adequado e de melhores equipamentos públicos. Provavelmente, lá o “paraíso” não esteja à “venda”. Ubatuba (SP). Foto: FORMAGIO, C. C., abril/2008.



Figura 11: Numa área menos valorizada, as condições da moradia demonstram que, provavelmente, o poder público não chegou lá. O domicílio evidencia fortes carências: como falta de saneamento ambiental adequado e de equipamentos públicos. Ubatuba (SP).

Foto: FORMAGIO, C. C., abril/2008.



Figura 12: No entanto, numa área próxima pode ser observada uma construção de alto padrão e com todos os benefícios de infraestrutura. Também localizada no entorno ao Parque Estadual da Serra do Mar. Ubatuba (SP). Foto: FORMAGIO, C. C., abril/2008.



Figura 13: Aqui também as precárias condições de moradia se fazem presentes, comprometendo inclusive a praia, que, como se pode ver, também é o local de pesca. Ubatuba (SP). Foto: FORMAGIO, C. C., abril/2008.

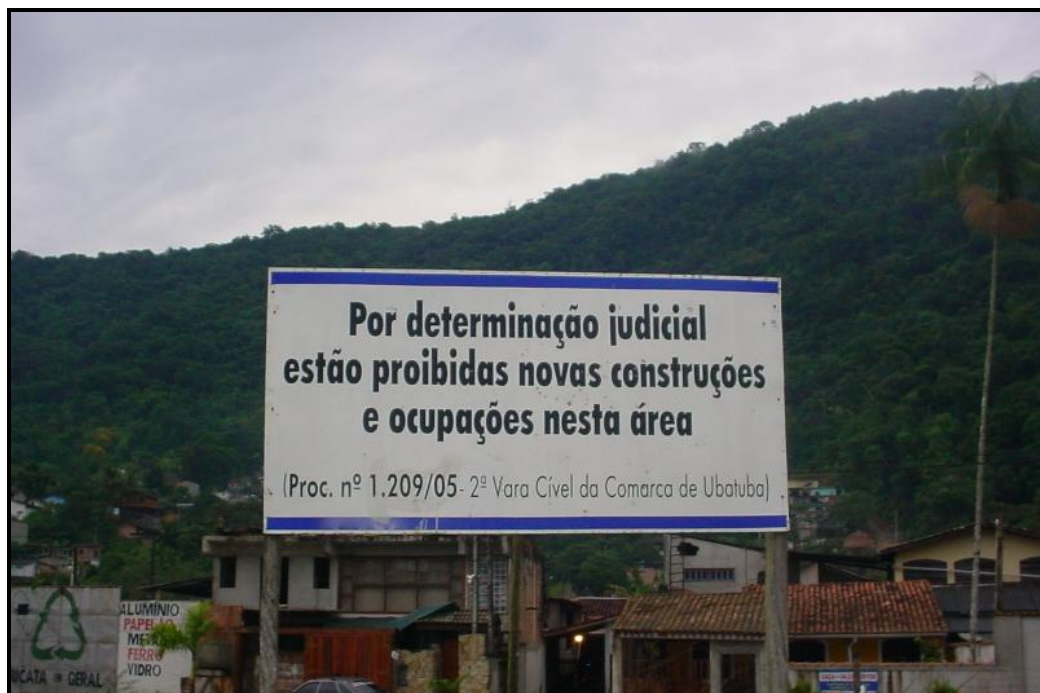


Figura 14: Essa placa é importante determinante da atuação do poder público em estabelecer uma mudança no quadro de reordenamento do espaço público. Ubatuba (SP). Foto: FORMAGIO, C. C., abril/2008.



Figura 15: Demarcação, pelo governo Federal, de área Quilombola – Caçandola. Na área vivem famílias remanescentes de quilombolas. Ubatuba (SP). Foto: FORMAGIO, C. C., abril/2008.



Figura 16: A conservação do espaço cênico, da beleza paisagística, não se restringe apenas a uma valorização estética, mas também e, principalmente, à biodiversidade e à qualidade de vida dos moradores. Ubatuba (SP). Foto: BARBOSA, S. R. C. S., outubro/2006.

Por fim, vale ressaltar que, com esse artigo, espera-se preservar uma fonte de pesquisa que possui um caráter sociológico inesgotável (MARTINS, 2008), pois permite captar as diferentes vertentes da realidade social e cultural e pode, sobremaneira, contribuir para uma percepção mais acurada da realidade, não só por outros pesquisadores, mas também por aqueles que vivem e conhecem o Litoral Norte Paulista, e reconhecem sua importância social, ambiental e cultural para o estado e o país.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, S. R. C. S. **Ambiente, subjetividade e complexidade. Um estudo sobre depressão no Litoral Norte Paulista.** Relatório científico, FAPESP (processo n. 04/10685-1), 2007.

DIEGUES, A. C.; NOGARA, P. J. **O Nosso Lugar Virou Parque. Estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá – Parati – Rio de Janeiro.** São Paulo: NUPAUB/USP, 1999.

GUANAES, S. A. **“Meu Quintal não é Parque!” Populações locais e gestão ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MARTINS, J. S. **Sociologia da fotografia e da imagem.** São Paulo: Contexto, 2008.

NOTAS

¹ A pesquisa que oferece suporte a esse artigo é Ambiente, subjetividade e complexidade. Um estudo sobre depressão no Litoral Norte Paulista, coordenada por Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa e contou com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP - (processo n. 04/10685-1), no período de 2005 a 2009.

² As normas que regem a visitação em Parques Estaduais são bastante restritivas, de acordo com a legislação do SNUC (BRASIL, Sistema Nacional de Unidades de Conservação, **Lei** nº 9.985, de 18 de julho de 2000).

³ No período de 2005 a 2006, foi elaborado pelo Instituto Florestal, em parceria com o Instituto EkosBrasil, o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar. A elaboração deste Plano contou com recursos do Projeto de Preservação da Mata Atlântica e foi aprovado pelo CONSEMA (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2007).

Informações sobre as autoras:

[1] Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa – <http://lattes.cnpq.br/4762940910820774>
Doutora em Ciências Sociais, UNICAMP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais – NEPAM/UNICAMP. Docente do Doutorado Ambiente & Sociedade, NEPAM/IFCH/UNICAMP e do Programa de pós-graduação em Planejamento de Sistemas Energéticos – FEM/UNICAMP.
Contato: srcal@unicamp.br

[2] Cessimar de Campos Formagio – <http://lattes.cnpq.br/1272668889524080>
Cientista Social, UNICAMP. Mestranda em Sociologia, UFSCar, bolsista de Treinamento Técnico III FAPESP-NEPAM, janeiro a julho/2008.
Contato: cessiuba@yahoo.com.br

[3] Rebeca Veiga Barbosa – <http://lattes.cnpq.br/9306582045191164>
Bióloga, PUC-Campinas. Bolsista de Treinamento Técnico III FAPESP-NEPAM, agosto a dezembro/2008.
Contato: becavb@hotmail.com